

Do texto ao traço: o cruzamento de documentação primária para reconstituição conjectural do espaço urbano de Campinas [SP] no século XIX

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8668937

Ana Beatris Fernandes Menegaldo

<https://orcid.org/0000-0001-7525-1734>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

Renata Baesso Pereira

<https://orcid.org/0000-0003-2690-158X>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

RESUMO

Este artigo trata do uso de documentos primários de naturezas diversas em investigações no campo da História Urbana. A pesquisa partiu de três arquivos da cidade de Campinas, SP: o Centro de Memória – Unicamp (CMU), o Arquivo Municipal e o Arquivo Documental da Câmara Municipal. Foram analisados processos de ocupação e de transformação do espaço urbano de Campinas ao longo da segunda metade do século XIX, a partir da trajetória individual de um agente da elite senhorial local, o Barão de Itapura. O método consiste em esquadrihar fontes primárias distintas, extraindo informações espaciais de documentos que tradicionalmente eram encarados como meramente textuais. Por meio da análise da trajetória individual do Barão de Itapura, a pesquisa propõe a reconstituição conjectural de partes do espaço urbano de Campinas em diferentes escalas: da arquitetura, apresentando a hipótese da implantação e do programa de necessidades original da principal residência do Barão; da cidade, mediante a delimitação da Chácara Itapura e da identificação de outros imóveis urbanos, que compunham parte do patrimônio deste agente; e da interface do espaço urbano com o espaço rural, por meio da reconstituição dos limites urbanos, então denominados quadros do município de Campinas.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa documental. Fontes primárias. Reconstituição do espaço urbano. História urbana. Campinas SP.

From text to trace: the cross analyse of primary documentation for the conjectural reconstitution of the urban space of Campinas [state of Sao Paulo, Brazil] in the 19th century

ABSTRACT

This article deals with the use of primary documents of different kinds in investigations in the field of Urban History. This research is based on three archives of the city of Campinas, SP: the Memory Center – Unicamp (CMU), the Municipal Archive and the Documentary Archive of the City Council. The processes of occupation and transformation of the urban space of Campinas, during the second half of the 19th century, were analyzed based on the individual trajectory of an agent of the local landowning elite, the Baron of Itapura. The method consists in scrutinizing distinct primary sources, extracting spatial information from documents, which traditionally were seen as merely textual. Through the analysis of the individual trajectory of the Baron of Itapura, the research proposes the conjectural reconstitution of parts of the urban space of Campinas in different scales: of the architecture, presenting the hypothesis of the implantation and of the original program needs of the main residence of the Baron; of the city, through the delimitation of Chácara Itapura and the identification of other urban properties, which were part of the patrimony of this agent; and of the interface of the urban space with the rural space, through the reconstitution of the urban limits, then called frames of the city of Campinas.

KEYWORDS

Documentary Research. Primary Sources. Reconstitution of urban space. Urban History. Campinas SP-Brazil.

1. Introdução

O presente artigo discute a utilização de documentos primários de naturezas diversas no avanço de investigações no campo da História Urbana. O método empregado entende a cidade na sua materialidade, “enquanto artefato, produto e vetor da ação humana” e, portanto, objeto privilegiado para os estudos em História Urbana (Bueno, Arraes, Moura & Borsoi, 2018).

O objetivo da investigação é compreender os processos de ocupação e de transformação de parte do espaço urbano da cidade de Campinas, SP, ao longo da segunda metade do século XIX. Para isso, partiu-se da análise da trajetória individual de um agente da elite local, Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, interpretado como um agente modelador do espaço urbano. O método consiste em esquadrihar fontes primárias distintas, extraindo informações espaciais de documentos que são tradicionalmente encarados como meramente textuais. A pesquisa documental foi o recurso utilizado para a reconstituição conjectural de partes do espaço urbano de Campinas em diferentes escalas: da arquitetura, apresentando a hipótese da implantação e do programa de necessidades original do Palácio Itapura, principal residência do Barão; da cidade, mediante a delimitação da Chácara Itapura, onde estava localizado o palácio e da identificação de outros 22 imóveis urbanos, que compunham parte do patrimônio deste agente; e da interface do espaço urbano com o espaço rural, por meio da reconstituição dos limites urbanos, então denominados quadros do município de Campinas.

Na segunda metade do século XIX, Campinas ocupava uma posição de destaque junto ao movimento de expansão da produção cafeeira, imprimindo um ritmo intenso de produção e de transformação do espaço urbano. A expansão agrária relaciona-se à reorganização espacial da cidade, consolidando, à época, uma elite senhorial composta por indivíduos que expandiram seus patrimônios, oriundos das lavouras, para negócios que estruturaram o território e modelaram a cidade.

O artigo explora o conceito do documento primário de forma ampla, buscando compreender o que se entende por fonte, indo além do documento textual. Nesse sentido, a pesquisa se apoia nos acervos de três arquivos locais: o Centro de Memória – Unicamp (CMU), o Arquivo Municipal e o Arquivo Documental da Câmara Municipal. A metodologia empregada no levantamento do material consiste em esquadrihar a fonte explorada e, sempre que possível, cruzar os dados com outras fontes de naturezas distintas, testando as hipóteses formuladas. As principais séries documentais exploradas ao longo desta pesquisa são: inventários post mortem, testamentos, fotografias históricas, cartografias (nas escalas urbana e do território), documentos cartorários, registros civis, plantas (na escala do edifício e urbana) legislações vigentes (Códigos de Posturas e Editais), almanaques, jornais locais (Gazeta de Campinas), livros de lançamento de impostos prediais e livros de emplacamento.

Consolida-se um referencial teórico-metodológico apoiado em fontes primárias diversas, em que a pluralidade de matrizes documentais adiciona novas perspectivas analíticas ao objeto de estudo e seus questionamentos.

2. O papel do arquiteto e urbanista nas pesquisas no campo da História Urbana: pluralização e interpretação de fontes documentais

As investigações científicas dos distintos processos ligados à urbanização das cidades brasileiras durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX ganharam força no cenário nacional a partir da década de 1950. Bueno (2012, p.19) explica o avanço dos estudos da história da urbanização na esfera da produção urbana, enquanto artefato social, por meio da introdução da história urbana como disciplina a ser desvendada.

Em comum, estes estudos entendem a cidade como artefato social, consolidando uma abordagem não apenas do urbanismo, isto é, dos espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente, mas de todos os espaços produzidos pela urbanização como processos sociais, em suas múltiplas manifestações, jogando luz em dinâmicas e redes que se configuram espacialmente, em perspectiva histórica.

Para Bueno (2012), consolidar o caminho das pesquisas de história urbana implica escolhas epistemológicas por parte dos pesquisadores. Entre tais escolhas, destaca-se a apreciação acurada para o que Lepetit (2016) já alertara: as temporalidades, os anacronismos, o jogo de escalas (geográficas ou contextuais), o grupo de atores

ou agentes envolvidos e seus meios de atuação¹. A destreza do investigador se vale da consciência de onde pousar sua questão norteadora, de como mergulhar no objeto estudado e de quais caminhos percorrer para que chaves interpretativas se anunciem. A fluidez com a qual o corpo da pesquisa é esquadrihado é que ditará o ritmo do que deve ser aprofundado, sempre exigindo do pesquisador um viés crítico.

Dessa forma, definir os meios e recursos para que a pesquisa ganhe vigor é uma tarefa, sem dúvida, fundamental. Cabe, portanto, uma reflexão sobre a apreciação documental. As pesquisas e os autores que depreendem a cidade e o território como produção social apontam distintas vantagens na diversificação ou pluralização das fontes documentais. Para Borin (2016, p.103), é o movimento de diversificação, do que se entende por fonte, que amplia o entendimento dos processos de urbanização.

Cada fonte exige, de quem a analisa, um olhar acurado a partir de uma série de discussões teórico-metodológicas. Analisar um corpo documental significa deparar-se, a todo momento, com impasses na leitura. Muitos são os descompassos característicos do trabalho historiográfico à medida que avançam as interpretações das diferentes camadas que compõem um documento e suas reverberações internas ou externas (Borin, 2016, pp.104-105). A diversificação no uso de novas séries documentais aponta para o alargamento das perspectivas analíticas até então enfrentadas. Daí a importância de a pesquisa documental de cunho primário se valer de fontes inéditas em seu tratamento analítico, expandindo ainda mais o leque de possibilidades.

As fontes têm historicidade, por isso é importante consultar arquivos, manusear documentos, escarafunchar vestígios de cultura material, decifrar impressos e transcrever manuscritos em busca de experiências pretéritas, aceitando os desafios que esse percurso impõe (Pinsky, 2008, pp.7-8). Porém, ao proceder a busca documental por meio de fontes primárias, nem sempre a resposta esperada é alcançada de forma óbvia ou objetiva, exigindo certa diligência na busca por respostas². Percorrer fontes primárias, sejam elas manuscritas ou impressas ou de qualquer outra natureza, requer, sobretudo, paciência. Ser pesquisador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente da narrativa (Pinsky, 2008, p.10).

O olhar do arquiteto e urbanista enquanto pesquisador tem muito a contribuir no campo da história urbana. As habilidades de leitura do espaço desenvolvidas por esse profissional durante a graduação são valiosas na interpretação de fontes primárias, permitindo enxergar o documento sob perspectivas que extravasam a narrativa textual e que conferem resultados espaciais, gráficos e dinâmicos. É a interpretação espacial que abre as possibilidades visuais e analíticas que o dado textual bruto muitas vezes não se encarrega de fazer. O processo de manipulação ou “modelagem” do dado – extraído da fonte textual, processado e espacializado – esclarece lógicas sociais e revela camadas históricas. Proceder a espacialização de dados não é uma tarefa fácil, porém permite entrever aspectos invisíveis do processo, seus ritmos, dinâmicas e lógicas (Bueno, 2006, p.13).

A visualização científica tornou-se uma importante ferramenta de pesquisa difundida em muitos campos e ela própria anuncia o objeto de pesquisas substanciais. Padrões espaciais e relações que podem ter um poder explicativo significativo muitas vezes são revelados apenas quando as informações são apresentadas visualmente (Churchill & Hillier, 2008, p.66).

Desde o século XVIII, a imagem vem desempenhando papel essencial no processo de apropriação do conhecimento pelo homem. Na proposta da Encyclopédie de Diderot e D’Alambert, por exemplo, o inventário de todas as artes, técnicas e objetos também se apoiava nas pranchas gravadas, que minuciavam instrumentos, máquinas e materiais de forma tão elucidativa quanto os textos (Pereira, 2008, p.61). Nas palavras do próprio Diderot (1996): “Uma mirada para o objeto ou sua representação diz mais do que uma página de discurso³”.

¹ Inspirado em Bueno (2012, p.19).

² O contato com fontes primárias de naturezas diversas culmina em reflexões referentes aos acervos, ao acesso à documentação e à interpretação desta. Esses dados, quando compilados e associados a um balanço historiográfico, permitem elevar a discussão a uma autonomia, construindo a percepção histórica apreendida pelo viés das escalas urbana e arquitetônica.

³ “Un coup d’œil sur l’objet ou sa représentation en dit plus long qu’une page de discours”. DIDEROT. Prospectus, 1750. Apud: _____. L’Encyclopédie. Planches sélectionnées et présentées par Clara Schmidt. Bratislava: Booking International, 1996, p.5.

Carpintéro e Cerasoli (2009, p.65) esclarecem não se tratar de exigir, dos pesquisadores arquitetos e urbanistas, conceitos e procedimentos específicos à formação do pesquisador historiador, mas sim de apreender em seus trabalhos a forma como se apoiam e discorrem nas interpretações historiográficas, buscando, nesse diálogo entre a arquitetura, o urbanismo e a história, caminhos que expandam os estudos sobre a cidade em geral. Este artigo corrobora a posição das autoras e busca articular os universos do pesquisador historiador enquanto aquele que dispõe de fontes documentais primárias como recurso primordial, e do pesquisador arquiteto e urbanista, que em sua bagagem possui destreza na manipulação cartográfica e no olhar espacial. Tanto a cidade como a arquitetura devem ser entendidas como construções sócio-históricas que envolvem relações diversas e assumem sentidos culturais complexos, exigindo, para a sua análise, uma multiplicidade de escalas de observação, sem se definir previamente hierarquias entre macro e microfenômenos (Revel, 1998, p.191).

A presente abordagem se alinha ao movimento de pluralização das fontes históricas, buscando respostas no meio documental primário para fundamentar as pesquisas e ampliar o campo do que se entende por fonte documental, e pressupondo o alargamento do escopo investigado. A pluralização dessas fontes traz para a discussão o uso de documentos não necessariamente escritos. Tais “novas formas de manipulação” devem ser utilizadas como possibilidades de reflexão sobre o território e não apenas como formas gráficas de representação de informações históricas no espaço (Santos, 2016, p.75). As fontes que vão além do universo textual, como a cartografia, dizem respeito à produção do espaço como um todo e, quando utilizadas como ferramenta de compreensão espacial, revelam a correlação de forças sociais tensionadas (Nunes, 2016, p.97).

A escolha de qual documento utilizar como fonte é do pesquisador (Pareto, 2011, p.39). O documento, em si, não é inócuo nem livre de juízo de valor, portanto não deve ser encarado de forma a complementar uma pesquisa, mas deve sim constituir a base argumentativa. Na elaboração do argumento, o processo compilatório sobre qualquer fonte documental exige respeito à sua historicidade e ao seu contexto de produção (Le Goff, 2016, p.179).

Berto (2021, pp. 115-156), apoiado na obra de Le Goff (2016), complementa que o documento é, antes de mais nada, um produto não neutro, resultado do esforço das sociedades históricas. Criticar a fonte não implica desqualificá-la, mas estabelecer melhores parâmetros para análise, apontando lacunas e deficiências na informação registrada, aprimorando a investigação (Bacellar, 2008, p.114). Quando as fontes dissecadas são entendidas dentro do contexto e da época em que foram produzidas, facilitam o processo de compreensão do que informam ou deixam de informar, seja de forma literal ou figurada.

Dialogar com as fontes é uma forma de buscar, em suas origens, a problematização da pesquisa e de expandir as experiências. Nesse sentido, ainda que a pesquisa se projete no campo da História Urbana, expandir o olhar para arquivos e acervos que salvaguardam documentos que não dizem a respeito diretamente ao tema pretendido revela uma estratégia metodológica eficiente na ampliação de análises dos resultados alcançados.

3. A pesquisa documental nos arquivos de Campinas, SP, e a construção do método de análise

A pesquisa apresentada neste artigo se apoiou nos acervos de três arquivos locais: o Centro de Memória – Unicamp (CMU), o Arquivo Municipal de Campinas e o Arquivo Documental da Câmara Municipal de Campinas.

O CMU situa-se no terceiro andar do edifício da Biblioteca Central Cesar Lattes no campus da UNICAMP no distrito de Barão Geraldo, dividido em dois setores: a biblioteca⁴, responsável pelo armazenamento das obras bibliográficas em geral, planos e plantas; e o setor de arquivos históricos, especializado em atividades de processamento técnico, consulta e acesso aos conjuntos documentais. Conforme Berto (2021), a estruturação do arquivo foi realizada em um contexto de reflexão internacional, a partir dos anos 1970 sobre a preservação e salvaguarda da memória, onde há um “esgarçamento” do que se entende por documento.

Esse processo conduz ao avanço das pesquisas científicas de áreas distintas, corroborando para o amparo documental de várias naturezas: uniam-se então, horizontalmente, fotografias, mapas, plantas, objetos,

⁴ A Biblioteca Prof. José Roberto do Amaral Lapa faz parte do Centro de Memória Unicamp e integra o Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas. Fonte: Wikipedia. Biblioteca Centro de Memória Unicamp (2021, junho). Recuperado em 30 de julho de 2021 de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_Centro_de_Mem%C3%B3ria_UNICAMP.

narrativas orais e audiovisuais e um incontável número de tipologias entendidas como não oficiais, como itens de caráter pessoal: diários, anotações entre outros (Berto, 2021, p.156). Oficialmente a criação do CMU remonta ao ano de 1985, por iniciativa do professor doutor José Roberto do Amaral Lapa⁵, historiador que “tinha em mente um projeto de construção do resguardo histórico bem articulado, alicerçado na pesquisa documental e na produção do conhecimento científico[...]” (Berto, 2021, p.159).

A ideia de Lapa era criar um centro que configurasse a guarda documental, subsidiando sua linha investigativa e “garantindo uma dada noção de autenticidade às pesquisas” (Berto, 2021, p.160). Seu projeto rumo ao êxito em 1978, quando o atual Fórum de Campinas (então Tribunal de Justiça – TJC do Estado de São Paulo, da Comarca de Campinas) se encontrava prestes a se desfazer dos arquivos cartoriais em função do volume documental e da falta de espaço físico para acondicioná-los. Mediante ação chancelada em 1985, a Unicamp estabeleceu convênio com o TJC, obtendo a custódia dos documentos. O CMU atualmente reúne significativa documentação de variados gêneros, formada por mais de uma centena de conjuntos documentais pessoais e institucionais, tanto públicos quanto privados, que abrangem um período histórico que compreende desde o século XVII até os dias atuais (Berto, 2021, p.163).

O Arquivo Municipal de Campinas é responsável por preservar documentos do poder executivo e atua enquanto esfera institucionalizada da Prefeitura Municipal de Campinas desde 1933, a partir da criação da repartição de estatística, divulgação e arquivo. Desde 1999 reúne, em um único órgão, o acervo documental histórico municipal, sendo responsável pela guarda final de toda a documentação produzida e recebida pela Prefeitura Municipal de Campinas (Prefeitura de Campinas). A custódia, a preservação e a disponibilização do patrimônio documental do município ficam a cargo da Coordenadoria Setorial de Arquivos Municipal. Segundo o atual diretor do arquivo, é importante atentar para a preservação e prover acesso da melhor forma possível aos documentos remanescentes a pesquisadores e público em geral, com interesse potencial nessas fontes de conhecimento e provas (Reis & Almeida, 2019, p.85). A produção de instrumento de pesquisa é uma importante estratégia para dar visibilidade e atrair a atenção de pesquisadores e de outros interessados em tais acervos.

Em ementa publicada junto ao portal da Prefeitura Municipal de Campinas, consta que o acervo do Arquivo Municipal é composto por mais de dois milhões de documentos que datam do final do século XIX até o século XXI. O papel do arquivo é manter a guarda, preservar e disponibilizar o patrimônio documental do município, bem como dar apoio à gestão de arquivos correntes da administração direta e indireta, coordenando e supervisionando a política de avaliação e destinação de documentos públicos (Prefeitura de Campinas). O Arquivo atualmente está localizado em um edifício destinado exclusivamente ao armazenamento do acervo no bairro Swiss Park, em Campinas⁶. O acervo documental conta com requerimentos, correspondências, processos de aprovações de edificações na cidade, relatórios da intendência, registros de lançamentos de impostos (imposto territorial, tributação sobre o café, rol de profissões, sobre os capitalistas), registros de arruamentos e emplacements de casas e relatórios de fiscalização (Prefeitura de Campinas).

A gestão documental que compreende o Arquivo Documental da Câmara Municipal se situa, desde 2006, junto ao edifício sede da Câmara Municipal de Campinas. A diretoria de gestão documental reporta-se à diretoria geral do legislativo, supervisionando todas as atividades responsáveis pelo acervo documental, histórico, obras e periódicos. Conforme ementa publicada pela diretoria de gestão documental, compreende a coleção da legislação municipal: leis, decretos e atos produzidos pela municipalidade de Campinas no exercício de suas funções; coleção de relatórios de intendentes e prefeitos e relatórios anuais de intendentes e prefeitos apresentados à Câmara Municipal ou ao Departamento Administrativo Estadual descrevendo pormenorizadamente as atividades desenvolvidas pela administração municipal (Prefeitura de Campinas).

A presente pesquisa busca apoiar-se em documentos primários dentro do escopo metodológico da pluralização de fontes, com o objetivo de reconstituir conjuntamente fragmentos históricos do espaço de Campinas ao longo do século XIX. A investigação se desenvolve no campo da História Urbana e, de acordo com a natureza

⁵ Com vasta trajetória acadêmica e em pesquisa, Lapa era natural da cidade de Campinas e tinha grandes predileções por temas voltados à história local e regional. Destaca-se sua obra “A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900” (1995), como uma contribuição importante para a construção da história local.

⁶ O Swiss Park, bairro onde se situa o Arquivo, é um loteamento recente na cidade de Campinas e de difícil acesso ao público em geral, principalmente, em função da grande distância em relação ao Centro e da inexistência de linhas de transporte público que cheguem ao bairro.

do objeto de estudo, compreende diferentes escalas de análise, ora da Arquitetura, ora do Urbanismo, e mesmo do território. Entretanto, as fontes documentais coevas ao recorte temporal nem sempre estão diretamente ligadas ao campo de estudo pretendido. Cabe, portanto, buscar alternativas menos óbvias no rastreamento documental.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se apoia na obra de Lepetit (2016, p.23), levando em conta as trajetórias individuais, as lógicas únicas por trás das ações de indivíduos e suas reverberações espaciais. A abordagem da micro-história, focada em ações singulares, ressoa em escalas maiores, mostrando, muitas vezes, como processos amplos são decorrências de ações únicas. Para Lepetit (2016, p.30), os indivíduos são atores inscritos em um sistema de relações estabelecidas e definidas a partir de situações. O indivíduo assume o papel do ator ou do agente dentro do espectro da construção social, dando sentido às práticas comportamentais e projetando formas e representações espaciais. As práticas dos agentes revelam aspectos fundamentais da história urbana e da arquitetura da cidade. Assim, o indivíduo é entendido como agente modelador do espaço urbano e rural da cidade de Campinas, ao longo do século XIX. São os agentes modeladores que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja ele a rede urbana ou o espaço intraurbano (Corrêa, 2019, p.44).

A experiência de vasculhar acervos na busca de documentos e informações preciosas demonstra que restringir o olhar a uma única fonte pode ser frustrante⁷. Ainda que o fio condutor da pesquisa se mantenha, é importante expandir os filtros de busca dentro dos arquivos e dos acervos. É essencial considerar vários tipos de documentos de arquivos como articulação na abordagem da história das cidades. A diversidade de fontes a serem investigadas é um recurso primordial, pois não existem representações absolutas (Lepetit, 2016, p.30).

O passo seguinte, para o qual o olhar crítico do pesquisador é fundamental, abrange a compilação de todo o material levantado: a transcrição e interpretação de manuscritos, tabulação de dados, análise cartográfica e edição fotográfica. O procedimento que completa o levantamento das diversas fontes, e que talvez seja o mais importante na busca dos resultados pretendidos, é o cruzamento das informações compiladas.

O cruzamento de distintas fontes é uma estratégia de análise que revela o “fazer urbano”, dada a natureza inerentemente fragmentária da constituição da cidade, ou seja, o emprego deste método é eficiente na compreensão de estratégias e sua expansão na tessitura urbana (Borin, 2020, p.41). O cruzamento de dados, por meio de diversas fontes, permite observar recorrências, continuidades e descontinuidades, quebrando qualquer paradigma da pesquisa documental como rotina monótona e estática. Adota-se a noção de que as fontes, por si só, não dizem nada, exigindo que o documento seja habilmente questionado para adquirir um sentido (Borin, 2020, p.45). Ainda que se estabeleça um diálogo com fontes que não tratam diretamente do campo da Arquitetura e do Urbanismo, quando estas são submetidas ao cruzamento de dados, as hipóteses a respeito das inquietações investigativas ficam mais palpáveis.

Em vista disso, os documentos⁸ arquivados no CMU que foram utilizados são: autos de inventários (inventário amigável do Barão e da Baronesa de Itapura, de 1889 e Inventário post mortem do Barão de Itapura, de 1902; inventário post mortem da Baronesa de Itapura de 1921)⁹; livros de lançamentos de impostos prediais, sobre o pagamento da décima urbana¹⁰; almanaques locais¹¹; anúncios publicados juntos ao jornal Gazeta de Campinas¹²; planta da cidade de Campinas em 1900 na escala 1:10.000¹³ e fotografias¹⁴.

⁷ Longe de desqualificar pesquisas que se centram em uma única fonte documental, explana-se novas possibilidades analíticas a fim de ampliar o campo de análise.

⁸ Ao longo da trajetória da pesquisa, a lista de fontes cotejadas é extensa. Lista-se aquelas que dão sentido à análise deste artigo.

⁹ Tais documentos fazem parte do fundo do TJC, pertencente à Comarca de Campinas.

¹⁰ Parte do acervo da Coletoria de Rendas da cidade de Campinas: série anual com informações do recolhimento de impostos de propriedades urbanas, proprietários, logradouro dos imóveis, e o valor do imposto cobrado.

¹¹ Galzerani (1998, p.61) aponta que as principais publicações de Almanques de Campinas competem às décadas de 1870 e 1880, sendo um gênero de produção literária amplamente publicado, em geral. Trata-se de publicações populares, de caráter administrativo, mercantil, industrial, agrícola, que trazem assuntos de família, pertinentes ao universo feminino, humorísticos e eclesíasticos. Tem-se conhecimento dos Almanques de Campinas referentes aos seguintes anos: 1871, 1872, 1873, 1876, 1878, 1879, 1881, 1886, 1888, 1889 e 1900.

¹² Os exemplares (1869-1925) estão digitalizados no CMU.

¹³ Esta planta faz parte da publicação de Castro Mendes & Irmão e Leopoldo Amaral, denominada “A cidade de Campinas em 1900”. O caráter deste livro é semelhante ao dos almanaques locais. A representação trazida na planta é atribuída ao Sr. Dr. Emílio Daufresne, então engenheiro da Câmara Municipal, arquivada no CMU.

¹⁴ Coleção de Geraldo Sesso Junior, Antônio Francisco de Paula Souza, e de Fotografias Avulsas, arquivadas no CMU.

No Arquivo Municipal de Campinas, foram levantados: os Livros de Emplacamento para a cidade de Campinas¹⁵ e a Planta Cadastral do município de Campinas para o ano de 1929, na escala 1:1.000. No Arquivo Documental da Câmara Municipal de Campinas, levantou-se o Código de Posturas de 1880 para o município de Campinas¹⁶ e os Livros de Posturas e Editais de 1879 a 1891¹⁷.

Febvre (1989, p.249) já dissera que a história se faz, sobretudo, com documentos escritos, quando eles existem. Porém ela também pode e deve ser feita quando não há documentos escritos, pois o engenho do historiador lhe permite expandir os campos tradicionais. Assim, de acordo com este autor, a história deve ser tecida com palavras, signos, paisagens e telhas, com formas de cultivo e de ervas daninhas, com eclipses de luas e exames geológicos de pedras.

Em suma, ampliam-se os recursos do que se entende por fonte, pois essa é a forma de constituir a história, mesmo na falta de documentos escritos. A materialidade histórica remanescente, em sua forma edificada, é compreendida como documento, extravasando o escopo da fonte enquanto texto. A premissa que rege a escolha do edifício como fonte se alinha a Bueno (2016, pp.100-101), considerando que os fragmentos materiais que compõem a paisagem urbana oferecem pistas que permitem supor seu caráter histórico. A materialidade do edifício resiste à “acumulação desigual dos tempos”, permitindo entrever processos sociais, técnicas e temporalidades aplicadas e, como recorda Bueno (2016), cabe retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam.

4. A reconstituição conjectural de fragmentos históricos da cidade de Campinas a partir da trajetória do Barão de Itapura

São cotejados estudos de caso que dizem respeito a análises em distintas escalas. Assim, partindo do método baseado na pluralidade de fontes, observa-se que os resultados e as possibilidades alcançadas se diversificam. A pesquisa se concentra em estratos da trajetória de um agente modelador em especial, Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura¹⁸, relevantes para o entendimento da história da cidade de Campinas, ao longo do século XIX e início do século XX.

Em 1880, Joaquim Policarpo Aranha contratou o prático italiano, experiente no ramo da construção civil, Luigi Pucci¹⁹, para construir sua principal residência, o Palácio Itapura (Figura 1). O edifício foi implantado nos limites da Chácara Itapura com o espaço urbano e as características de sua arquitetura revelavam a opulência e o papel social da família que ali residia. O projeto original deste edifício não foi encontrado em nenhum dos acervos consultados durante a pesquisa.

¹⁵ Série (composta por sete livros) que tabula as mudanças numéricas (anterior a 1893, a partir de 1893, em 1922 e 1929) dos logradouros da cidade de Campinas.

¹⁶ Os Códigos de Postura promulgados em Campinas, constituem-se como fontes primárias de importância basilar para investigação das mudanças, seja no tocante à história da cidade, de modo mais abrangente, ou à história do urbanismo e, ainda, da arquitetura. Tratavam-se de instrumentos reguladores da vida urbana, que normatizavam a ordem pública a ser cumprida pelos munícipes, e cuja característica fundamental era a diversidade dos temas abordados: de edificações, saúde pública e higiene à regulamentação dos jogos de azar; do fabrico e uso de materiais inflamáveis ao procedimento para funerais (Francisco, 2013, p.97).

¹⁷ Os Livros de Editais sobre as Posturas trazem as adequações que estas leis sofrem após entrarem em vigor. Ademais, compreendem as descrições referentes às instituições dos quadros delimitados.

¹⁸ Joaquim Policarpo Aranha nasceu na vila de Castro, em 1809, e é suposto filho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (Padre Aranha). Em 1843, contraiu matrimônio com sua prima de segundo grau, Libânia de Souza Aranha. A partir da herança recebida, expandiu seu patrimônio fundiário, sendo proprietário de importantes latifúndios. Em 1885, já condecorado com o título de Barão de Itapura, se encontrava inserido no grupo da elite senhorial de Campinas, agenciando as produções de açúcar e café oriundas de suas propriedades rurais e se destacando socialmente na cidade, onde participava de ações políticas e de práticas urbanas (Menegaldo, 2019, p.60)

¹⁹ Luigi Pucci passou a se dedicar ao ramo da construção civil após emigrar ao Brasil no final do século XIX. Sua formação, embasada em conhecimentos matemáticos e na cultura construtiva italiana, foram determinantes para sua consolidação profissional no Brasil (Menegaldo, 2019, p.132).



Figura 1. Palácio Itapura, vista a partir da rua Marechal Deodoro. Fonte: CMU, (sem ano). Coleção Fotografias Avulsas, Ref. FA_00_00173. Consulta em 13 de março de 2017.

Para formular uma hipótese do programa original do edifício foram analisados os seguintes documentos textuais: o inventário amigável do Barão e da Baronesa de Itapura, de 1889, o inventário post mortem do Barão de Itapura, de 1902, o inventário post mortem da Baronesa de Itapura, de 1921, afora fotografias históricas. Além desses documentos encontrados no CMU, explorou-se o edifício como fonte determinante para o avanço da pesquisa. Em uma interpretação dialética (demonstrada na Figura 2), o levantamento in loco da materialidade da construção se mostrou fundamental para a análise dos documentos arquivados sobre o edifício.

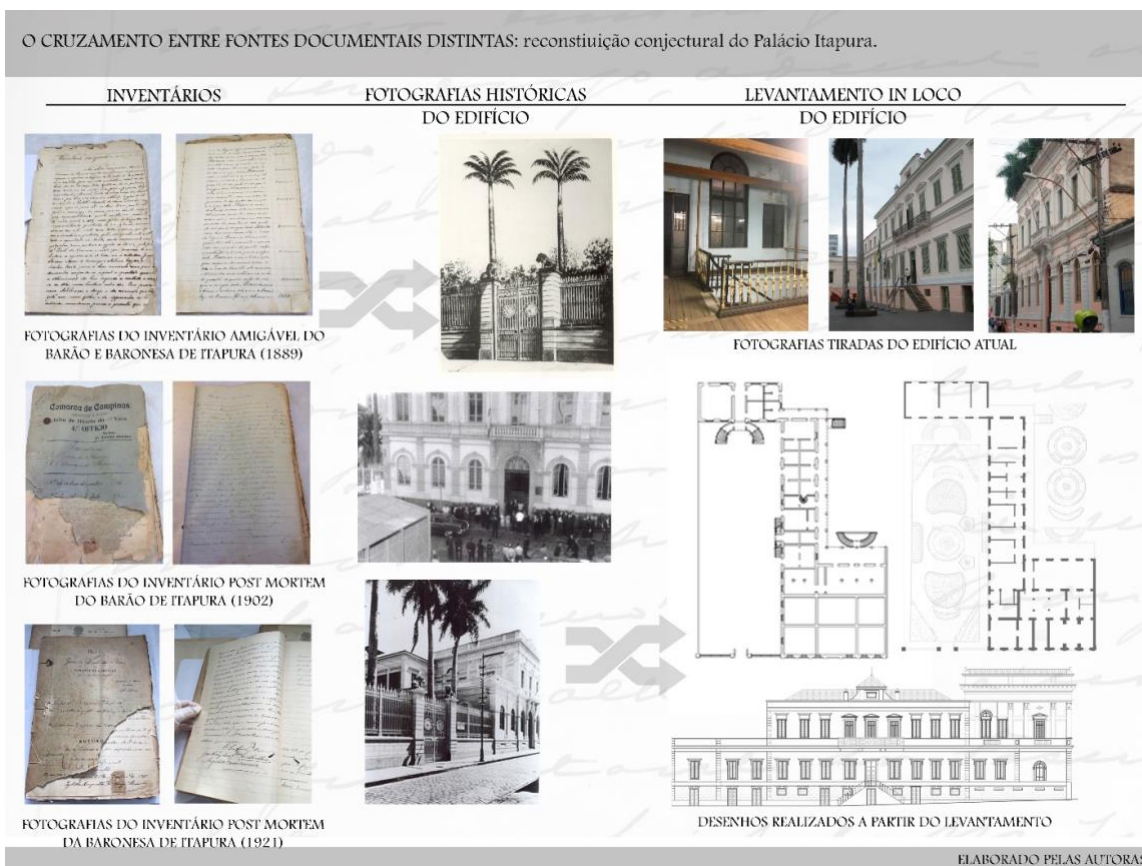


Figura 2. Cruzamento entre fontes documentais que culminou na reconstituição conjectural do programa de necessidades do Palácio Itapura. Fonte: CMU e Acervo autoral. Imagem elaborada e editada pelas autoras, 2021.

A aplicação da metodologia, para este caso, revela um edifício com um programa de necessidades articulado em três pavimentos (Figura 3). O pavimento térreo, ou rés-do-chão, se encontra no nível dos dois jardins, um de uso privado da família e outro voltado para a rua, em um amplo recuo lateral do edifício.

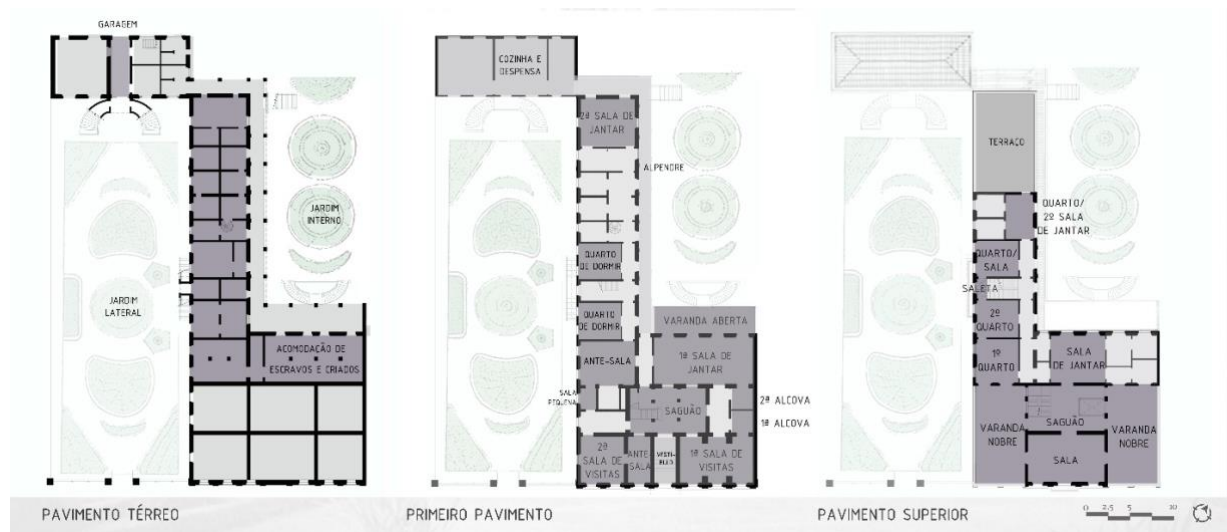


Figura 3. Reconstituição do programa de necessidades original do Palácio Itapura. Fonte: Imagem elaborada e editada pelas autoras, 2019.

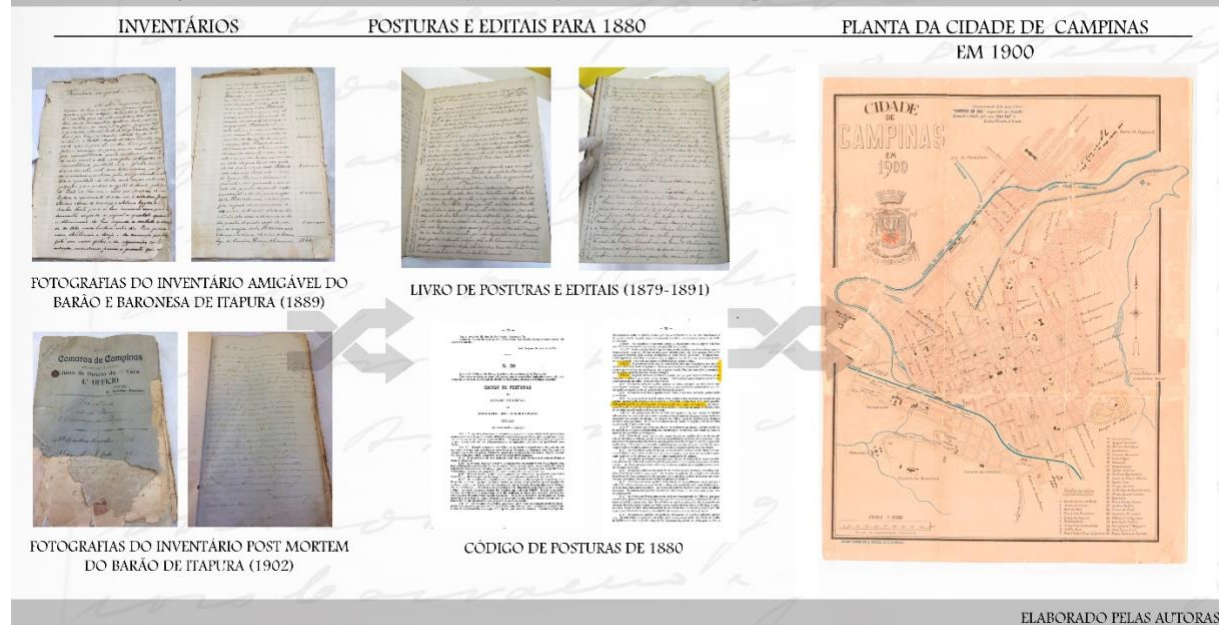
A análise desse pavimento suporta a hipótese de que grande parte dele se destinava à acomodação de escravos e criados que serviam a família. O pé-direito desse pavimento é inferior se comparado aos demais ambientes da residência (medindo aproximadamente 2,30 metros), o que reforça a hipótese de que o porão da edificação servia como espaço de serviços dos escravos e criados que mantinham o funcionamento cotidiano deste exemplar de casa senhorial urbana (Menegaldo & Pereira, 2019, p.675). Nenhuma fonte documental elencada revela explicitamente a presença de criados ou de escravizados habitando a residência. Como os inventários analisados foram redigidos após a Abolição, não há registros da presença de mão de obra escravizada na Chácara Itapura e na casa senhorial.

O primeiro pavimento, ou piso nobre da residência, abrigava ambientes e espaços vinculados às atividades sociais da família, como recepções, visitas e celebrações. Nele se encontram as salas de visita, salas de jantar, varanda aberta, vestibulo e saguão. O pavimento superior era destinado a uma área mais íntima de resguardo familiar. Contempla quartos de dormir, incluindo os aposentos do Barão e da Baronesa de Itapura, uma sala de jantar mais íntima, e varandas nobres ligadas a uma sala. A distribuição dos ambientes revela a preocupação de Luigi Pucci com aspectos referentes à circulação, ventilação e iluminação da construção²⁰.

A Chácara Itapura foi comprada pelo Barão de Itapura, em 1869. As chácaras consistem em propriedades formadas por extensas porções de terra com a presença de pomares, plantações, e benfeitorias necessárias ao abastecimento da família ali residente, associadas às luxuosas residências com programas de necessidades adequados ao convívio urbano (Menegaldo, 2019, p.86). Trata-se, portanto, de uma gleba implantada junto ao espaço periurbano do município. A reconstituição dos limites dessa propriedade foi elaborada a partir da interpretação das descrições dos bens (junto aos autos de inventários) e da planta da cidade de Campinas para o ano de 1900 (como demonstrado na Figura 4).

²⁰ O Palácio Itapura resiste até os dias atuais na cidade de Campinas e tem uma importância histórica para o município. É tombado na esfera municipal (1988) e estadual (1983). O edifício, ao longo dos anos, teve sua função de residência alterada. Em 1937, foi alugado para Arquidiocese de Campinas, e habitado pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. A partir de 1941, o edifício foi transferido à Arquidiocese de Campinas, já como sede da Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras das Faculdades Campineiras, origem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O CRUZAMENTO ENTRE FONTES DOCUMENTAIS DISTINTAS:
reconstituição conjectural dos limites da Chácara Itapura e do quadro descrito no Código de Posturas de 1880



ELABORADO PELAS AUTORAS

Figura 4. Cruzamento entre fontes documentais que culminou na reconstituição conjectural dos limites da Chácara Itapura e do quadro descrito no Código de Posturas de 1880. Fonte: CMU e Arquivo Documental da Câmara Municipal. Imagem elaborada e editada pelas autoras, 2021.

Ao proceder a espacialização dos dados textuais, constatou-se que um dos limites dessa propriedade “confronta” com um dos quadros vigentes a partir da instituição do Código de Posturas de 1880²¹, observado na Figura 5. A análise dos diversos documentos possibilitou compreender a origem, a localização e a extensão dessa propriedade, que ao longo do tempo foi parcelada e urbanizada e hoje encontra-se totalmente inserida no tecido urbano de Campinas.

A partir das informações extraídas dos diversos documentos elencados, foi possível identificar, localizar e espacializar outros 22 imóveis urbanos de posse do Barão de Itapura, cuja finalidade era a locação como forma de diversificação de investimentos e ampliação de seu patrimônio. A Figura 5 apresenta a espacialização do conjunto desses imóveis, enquanto a Figura 6 revela as etapas metodológicas percorridas. Na listagem levantada nos livros de impostos prediais de 1883, a maioria desses imóveis é descrita como “prédios de locação²²”, o que insere o Barão de Itapura no rol dos principais proprietários de imóveis urbanos do município de Campinas. Para elaborar a espacialização conjectural desses imóveis urbanos foram analisados os autos de inventários do Barão (de 1889 e 1902); os livros de lançamento de impostos prediais da Coletoria de Rendas de Campinas (1875, 1883 e 1889)²³; os livros de emplacamento, que contemplam as mudanças de numeração de logradouros nos períodos anteriores a 1893, em 1893, em 1922 e 1929; as cartografias históricas (planta da cidade de Campinas em 1900 e planta Cadastral da cidade de Campinas em 1929); e as fotografias históricas levantadas junto aos acervos.

²¹ Especializou-se o registro do edital aprovado em sessão extraordinária junto à Câmara Municipal de Campinas que estabelece os limites do quadro que proíbe efetivamente a existência e conservação de cocheiras e estrebarias. Seus limites compreendiam: a rua da Estação, rua Nova, rua Coronel Quirino, rua Santa Cruz, rua Marechal Deodoro, rua Culto à Ciência e rua Andrade Neves.

²² CMU. Sessão da Coletoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1883-1884. pp. 44v -45.

²³ Localizada no CMU, série anual com informações do recolhimento de impostos de propriedades urbanas, proprietários, logradouro, e o valor do imposto cobrado.

ESPAIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS DO BARÃO DE ITAPURA SOBRE PLANTA DE 1900

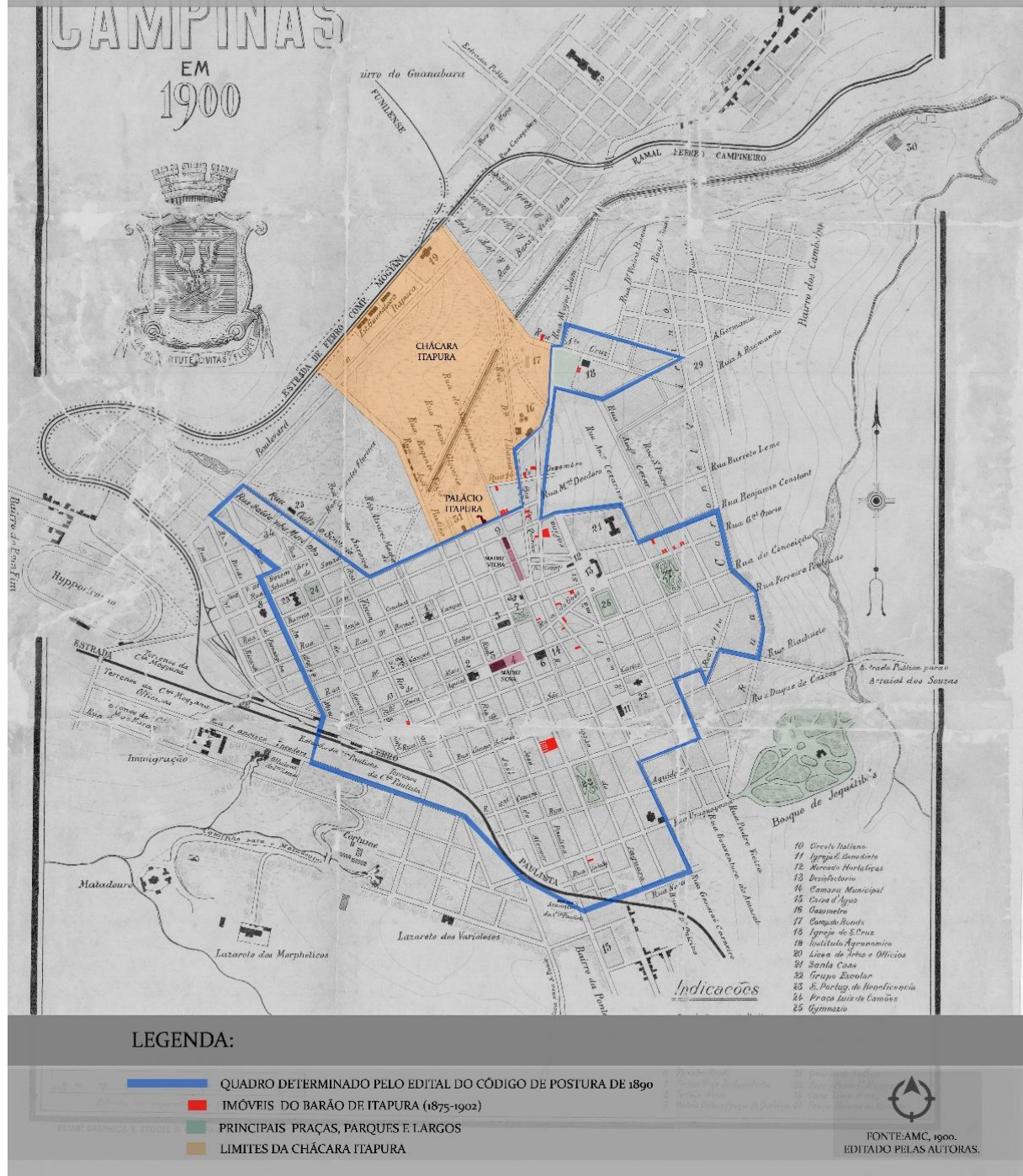


Figura 5. Reconstituição dos limites da Chácara Itapura, do Palácio Itapura e das demais propriedades do Barão de Itapura. Fonte: CMU. Planta de cidade de Campinas, 1900. Editado pelas autoras, 2021.

O CRUZAMENTO ENTRE FONTES DOCUMENTAIS DISTINTAS:
reconstituição conjectural dos imóveis do Barão de Itapura



Figura 6. Cruzamento entre fontes documentais que culminou na reconstituição conjectural dos imóveis do Barão de Itapura. Fonte: CMU e Arquivo Municipal de Campinas. Imagem elaborada e editada pelas autoras, 2021.

5. Considerações finais

O presente artigo demonstra que seguir o curso da pluralidade de fontes como caminho investigativo é um profícuo método no avanço das pesquisas ligadas às áreas da História da Arquitetura e da História Urbana. Revela-se, portanto, por meio dos exemplos explicitados, pontos relevantes no processo de ocupação e transformação do espaço da cidade de Campinas a partir da ótica de um agente, o Barão de Itapura, e sua trajetória individual.

Procura-se, em certa medida, explorar como o olhar do investigador, enquanto profissional de Arquitetura e Urbanismo, tem a acrescentar no sentido da transformação do dado textual em informação espacial, construindo uma narrativa que parte da perspectiva histórica embasada na representação visual e de análises que extravasam o documento enquanto conotação unicamente textual.

Apresentam-se fragmentos de investigações com o intuito de contribuir para o alargamento de abordagens formais de processos urbanos, instigando análises que colaborem no esclarecimento dos processos de urbanização da cidade de Campinas, entendidos, ao longo do século XIX, como fruto de iniciativas individuais. Ainda nesse sentido, o método empregado permite enxergar como essas práticas individuais modelaram a forma urbana do município.

Aborda-se neste artigo, portanto, o modo como a busca de dados em arquivos e acervos da cidade de Campinas, que contêm uma infinidade de documentos não diretamente ligados ao campo da Arquitetura e do Urbanismo, foi utilizada como método para reconstituição de partes do espaço urbano e para o avanço dos estudos no campo da História Urbana e da Arquitetura do município. Acredita-se que esta proposta metodológica demonstra que fontes que não têm sua origem ligada diretamente à temática da pesquisa revelam novas perspectivas de análises.

5.1. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio e financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil).

6. Referências

- Bacellar, C. A. P. (1997). Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória – Unicamp CMU.
- Bacellar, C. A. P. (2008). Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: C. B. Pinsky (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto.
- Bacellar, C. A. P. (2008, agosto). Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus, revista de História* v. 14, p._107-p._124. Recuperado em 30 de julho de 2021, de: [https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31575#:~:text=\(2020\)%202021,%2D8296.2008.v14.31575](https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31575#:~:text=(2020)%202021,%2D8296.2008.v14.31575).
- Berto, J. P. (2020, dezembro). Centro de Memória-Unicamp (CMU): um percurso intelectual. *Acervo, revista do Arquivo Nacional*, v. 34 (n.1), p._154-p._174. Recuperado em 02 de Agosto de 2021 de: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1600/1609>.
- Bueno, B. P. S. (2012, junho). Dossiê: Caminhos da história da urbanização no Brasil- colônia. *Anais do Museu Paulista*, v.20 (n.1), p._11-p._40. Recuperado em 02 de Agosto de 2021 de: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39807/42671>.
- Bueno, B. P. S. (2016) Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva História: São Paulo (1809-1950). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bueno, B. P. S., Arraes, E. A., Moura, N. M., Borsoi, D. F. (2018, setembro) Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v.10 (n.1), p._4-p._53. Recuperado em 27 de agosto de 2021 de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651827>.
- Borin, M. F. (2016, outubro). Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico. *Thésis*, v.02 (n.4), p._102-p._111. Recuperado em 24 de agosto de 2021 de: https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/87/pdf_85.
- Borin, M. F. (2014). A Barra Funda e o fazer da cidade: Experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Borin, M. F. (2020). Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade: (des) caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais (1886-1923). Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Carpintéro, M. V. T., Cerasoli, J. F. (2009). A cidade como história. *História: Questões e Debates*, v.50 (n.1), p._61-p._101. Recuperado em 28 de agosto de 2021 de: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>.
- Febvre, L. (1989). *Combates pela História*. Lisboa: Ed. Presença.
- Francisco, R. C. (2013). Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Churchill, R., Hillier, A. (2008). Teaching with GIS. In: A., Knowles. (org.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press.
- Corrêa, R. H. (2019). Do Texto ao Desenho: Uma sistematização de documentos históricos não-gráficos no estudo da morfologia urbana: Cartas de Data de Terra de Campinas-SP (1815-1859). Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Diderot. (1996). *L'Encyclopédie. Planches sélectionnées et présentées par Clara Schmidt*. Bratislava: Bookking International.
- Galzerani, M. C. B. (1998). O Almanaque, a Locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Lapa, J. R. A. (1995). *A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Le Goff, J. (2005). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lepetit, B., Salgueiro, H. A. (2016). *Por Uma Nova História Urbana*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Menegaldo, A. B. F. (2019). *Entre o Rural e o Urbano: O Barão de Itapira como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

- Menegaldo, A. B. F., & Pereira, R. B. (2019). Atuação do construtor Luigi Pucci nas cidades de Campinas e São Paulo: O Palácio Itapura e a sede da Chácara do Carvalho (1880-1893). In: *Anais do 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, Salvador [BA]. Recuperado em 02 de setembro de 2021 de: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/11932/3/Anais%20CIHCLB.pdf>.
- Pareto, L. (2011). O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Pereira, R. B. (2008). *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.16.2008.tde-26012010-141411. Recuperado em 2022-08-19, de www.teses.usp.br
- Prefeitura de Campinas. Atrações Culturais: Arquivos. Recuperado em 30 de julho de 2021 de: <https://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/atracoes-culturais-arquivos.php>.
- Pinsky, Carla Bassanezi (org.) (2008). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- Reis, P. A., Almeida, R. G. C. (2019). Arquivos e História: a cidade de Campinas e seus documentos. São Paulo: Alameda.
- Reis Filho, N. G. (2014). O Caminho do Anhanguera. São Paulo: Via das Artes.
- Revel, J. (1998). Jogos de Escalas: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Santos, A. C. (2016). A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. *Anais do Museu Paulista*, v.24 (n.3), p._71-p._98. Recuperado em 28 de agosto de 2021 de: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126843/123815>.
- Wikipedia. Biblioteca Centro de Memória Unicamp (2021, junho). Recuperado em 30 de julho de 2021 de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_Centro_de_Mem%C3%B3ria_UNICAMP.